

UM DOCUMENTO INÉDITO: TIRADENTES NÃO ERA UM "POBRE COITADO"

Waldemar de Almeida BARBOSA

À gentileza de um confrade e amigo, o historiador Alexandre de Miranda Delgado, devo cópia de importante documento ainda inédito sobre o Alferes Joaquim José da Silva Xavier. Tenho repetido, em mais de um ensaio, que a História, de todas as ciências, é a que mais tem tido seu campo invadido por leigos. O leigo, mesmo sendo homem de letras, geralmente ignora as leis, as normas, os princípios que regem a História; faz afirmações às vezes levianas, sem a preocupação de comprová-las.

O primeiro livro sobre a Inconfidência Mineira foi escrito por um poeta e escritor renomado, Joaquim Norberto de Souza e Silva. A sua **História da Conjuração Mineira** abriu-lhe as portas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e tornou-se, durante muitas décadas, a fonte única em que se basearam nossos historiadores. Publicada em 1873, numa fase de pleno apogeu do prestígio internacional de D. Pedro II, amigo pessoal do autor, sua obra visava a arrasar a propaganda republicana, iniciada três anos antes. Pelos republicanos, Tiradentes era apontado como mártir do ideal republicano. E Joaquim Norberto, tentando arrasar os propagandistas da nova forma de governo, pintou o alferes como um moleque irresponsável, que pôs a perder os planos da Inconfidência Mineira.

Outro notável escritor, Eduardo Frieiro, insistiu muito na tese de que Tiradentes era um "pobre coitado", o único condenado à forca, porque não teve quem por ele intercedesse. Kenneth Maxwell, em **A devassa da devassa**, reproduziu todas as afirmações de Joaquim Norberto, declarando que, de todos os inconfidentes, Tiradentes era "o mais socialmente inseguro".¹

Em vários ensaios tenho procurado mostrar que Tiradentes não era pobre, pois seus bens seqüestrados e levados à praça renderam quase o

(1) Maxwell, K. - A devassa da devassa, pp. 215 e 222.

dobro dos bens do comandante de seu regimento, o Tenente-Coronel Francisco de Paula Freire de Andrade, um nome ilustre tanto pelo lado paterno como pelo materno. Francisco de Paula, além do magnífico salário de seu posto, tinha boa casa na rua Direita, no centro de Vila Rica e uma chácara na periferia, com boa sede, onde se realizou a segunda reunião oficial dos conspiradores. É verdade que a Fazenda dos Caldeirões (localizada entre as estações de Usina e Burnier, no ramal de Ouro Preto) não foi incluída no seqüestro, por ter sido dote da esposa. D^a Isabel Carolina de Oliveira Maciel, irmã de José Álvares Maciel. Mas também não foram seqüestradas de Tiradentes as 43 datas minerais que explorava no "distrito da serra da Mantiqueira abaixo até o Paraibuna", no porto do Menezes, e nas barras do Córrego da Vargem e Córrego do Convento, com casa, senzala, numerosa "fábrica de escravos", monjolo, etc..

É justamente sobre essas datas minerais o documento encontrado no Setor de Manuscritos da Biblioteca Nacional e que transcrevemos aqui. Quem se apossou das datas minerais? Quem ficou com a "fábrica de escravos"? E os dois créditos (documento correspondente à atual nota promissória), um de que era devedor Luis Pereira de Queiroz, no valor de 220\$000 (duzentos e vinte mil réis) e outro no valor de 200\$000, de que era devedor o cadete José Pereira de Almeida Beltrão?²

Para dar idéia do que representava a importância de duzentos mil réis (a dívida do cadete), basta que se saiba que esse era o preço de uma boa e grande fazenda ou o valor correspondente a cerca de trinta vacas leiteiras.

Tiradentes não era homem rico, como Domingos de Abreu Vieira ou o padre Rolim. Mas vivia folgadoamente com seu soldo de alferes (sabe-se que o Regimento de Cavalaria pagava bem) e a renda da mineração no Porto do Menezes, e podia fazer empréstimos vultosos a seus amigos. Augusto de Lima Júnior falava com freqüência no episódio ocorrido na década de 1920, em Ouro Preto, quando foi demolida a casa vizinha da em que residia o Alferes. Da parede ligada à casa em que morava Tiradentes caíram muitas moedas de ouro e prata. Esse episódio foi comentado por Salomão de Vasconcelos em artigo publicado na "Folha de Minas", de Belo Horizonte,³ no qual refere-se às moedas de ouro e prata como o segundo tesouro dos inconfidentes e acrescenta que o episódio "acontecido há cousa de vinte anos" foi amplamente divulgado pela imprensa. A frase "acontecido há cousa de vinte anos" nos indica a época do acontecimento, sabendo-se que o artigo fora escrito em 1944. Vasconcelos afirma que "o fato foi testemunhado por pessoas que ainda

(2) Autos de Devassa...; 2ª ed., vol. 6, p. 66.

(3) "O tesouro dos inconfidentes", em "Folha de Minas", Belo Horizonte, 24-9-1944.

vivem". O poeta de Juiz de Fora, Wilson J. Beraldo, num poema bellissimo intitulado "Roteiro de Vila Rica", refere-se ao "sonho de Tiradentes" e acrescenta: "A casa foi demolida. Da parede, de sopapo, caíram moedas de ouro".⁴

Narra Salomão de Vasconcelos que, no mesmo local das moedas, foi encontrado um baú e dentro dele um velho documento amarelecido pelo tempo, que mencionava um tesouro encerrado numa arca, no lugar indicado, a tantos passos da ponte, rio acima, e a chave da arca se encontrava no ponto tal, debaixo da ponte. Informa, ainda, Vasconcelos, que "segundo noticiou a imprensa", a chave foi encontrada. Formaram-se então numerosas caravanas para tentar localizar a arca com o tesouro. A imprensa dera destaque ao assunto. O sr. Adelino Maia, proprietário da Fazenda da Vargem, onde se deveria encontrar o tesouro, fazenda que pertencera a Cláudio Manuel da Costa, narra fatos que confirmavam pormenores do documento citado. A Fazenda da Vargem ficava a cinco léguas de Ouro Preto. Salomão de Vasconcelos encontrava-se em Mariana, em visita a parentes, quando chegou o sr. Avelino Maia, acompanhado de um empregado. Este empregado confirmou as palavras do proprietário da Fazenda. Salomão Vasconcelos descreve o sr. Avelino Maia como homem sério, respeitado, enfim como homem de bem. O episódio narrado pelo proprietário da Fazenda da Vargem, confirmado pelo empregado, é bastante extenso e julgo desnecessário reproduzi-lo.

Existe outro documento, em mãos de um particular, que cheguei a ler em cópia-xerox. Faz referência a um tesouro de 630 arrobas de ouro enterrado no Pompéu. As pessoas que me mostraram a cópia do documento achavam-se interessadíssimas em localizar o tesouro; procuraram-me como historiador a fim de ajudá-los a localizar o Pompéu. O interesse deles era tal, que não tive condições de solicitar uma cópia do papel.

Mas, deixemos essas considerações e voltemos ao documento a que de início me referi e que é publicado pela primeira vez. Ei-lo:

"Livro da guardamoria do distrito da Serra da Mantiqueira abaixo até o Paraibuna: 7-3, 17, 15 - J. Biblioteca Nacional. Auto de partição e medição e posse de 43 datas de terras no meio do rio do Porto do Menezes, em o taboleiro do quartel e na barra do Córrego da Vargem, concedidas e repartidas ao Alferes Joaquim José da Silva Xavier. Ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1781 anos, aos 24 do mês de setembro do dito ano, em a paragem do quartel do Porto do Menezes, aonde foi vindo o governador deste distrito, o Tte. -Cel. Manuel do Valle Amado, junto comigo, escrivão do seu

(4) "Letras Fluminenses", março de 1988, nºs 59/62, p. 114.

cargo, adiante nomeado, e sendo aí lhe foi apresentada uma petição pelo Alferes Joaquim José da Silva Xavier, a qual é do teor seguinte: "Diz o Alferes Joaquim José da Silva Xavier que ele suplicante se acha com fãbrica avultada de escravos, sem terras minerais para o poder fazer e no porto e quartel do Menezes se acham terras devolutas, quer o suplicante que Vossa Mercê lhe conceda 80 datas de terras, com suas quadras, passando a medição (?) ... onde faz barra o Córrego do Convento em o rio do porto do mesmo quartel, pelo rio acima, fazendo divisão pelo barranco do mesmo rio acima, e da barra do dito córrego a largura das ditas datas de terra, pelo rio acima e tableiro do porto do dito quartel, segundo a sua medição rio acima, até acima da ilha maior, que se acha acima da volta do rio, que se acha acima do dito porto e quatro datas (?)... em a barra do Córrego da Vargem, a qual é no mesmo rio, por baixo da ilha acima declarada, principiando a sua medição na barra do dito córrego, correndo córrego acima até preencher as ditas quatro datas com suas quadras, e da sobredita ilha grande, correndo rio acima, o resto que faltar para preencher o número das 80 datas, tão somente pelo dito rio e onde não chegar a ter a largura de uma data se preencherá para o sertão, para a banda do Poente, servindo de divisão o barranco do mesmo rio da parte do Nascente: pede a Vossa Mercê que seja servido conceder ao suplicante todo o referido. Despacho do teor seguinte: Informe o escrivão se as terras do rio que se acham devolutas e fora dos limites das terras providas. Registro do Caminho em 18 de setembro de 1781 Amado. Informação do teor seguinte: Senhor Guardamôr, as terras, rio e córrego que o suplicante requer não me consta, pelos meus livros, que se achem pedidas, nem concedidas e se acham nos limites franqueados e é ao Exmo. Sr. D. Rodrigo José de Menezes, ilustríssimo governador e Capitão-General da Capitania de Minas e é o que posso informar a Vossa Mercê, que mandará o que for servido. Registro do Caminho Novo, 18 de setembro de 1781. O escrivão da mesma guardamoria, Antônio Tavares da Silva. Despacho: Visto e informação do escrivão e me constar que o suplicante tem fãbrica, lhe concedo 43 datas, no lugar do seu requerimento, em que entram as quatro datas, com suas quadras no córrego do mesmo requerimento, que tudo lhe medirá e demarcará o mesmo escrivão, na forma do estilo, sem prejuízo de terceiro. Registro 22 de setembro de 1781 (em casa do Guarda-môr Amado). Em vista do último despacho se procedeu à medição de 43 datas de terras, que principiam na barra do córrego do Convento, a qual a faz no rio do Porto do Menezes, principiando a sua medição na barra do dito córrego do Convento, cortando o rio para a parte do Poente em rumo direito à entrada do Menezes, da parte do sertão, com a largura de duas datas de terras com suas quadras, no fim das quais me meti um mourão de pau, adonde faz pião da parte do Nascente, (ilegível) a barra do dito córrego do Convento, correndo a medição pelo meio do rio acima e tableiro do quartel do Menezes e assim vai findar no fim de uma ilha, parte de cima da dita ilha maior, que se acha acima da volta do rio, que se acha acima do dito porto e ali, na altura da ilha, no barranco do rio, da parte do Nascente, serve de balisa uma laje e daí correndo rumo direito para o sertão, atravessando o rio para a parte do sertão em largura de duas datas de terras, com suas quadras, adonde findarem no quanto lhe pus um marco de pau, adonde lhe preenche 23 datas de terras, na tableiro, a meio do rio, com suas quadras e assim como também lhe medi

quatro datas de terras no Córrego da Vargem, as quais principiam a sua medição na barra do dito córrego, correndo rio acima, a primeira cachoeira servindo de pião, a meio do córrego e lhe pus quantos marcos de pau qual córrego faz barra no rio do Porto do Menezes, da ilha onde findou a primeira medição, correndo rio acima, medi e demarqueei 16 datas de terras, pelo meio do rio, abaixo da queda do pouso manso, fazendo pião no meio do dito rio e, feita acima medição, logo pelo suplicante foi requerido ao Guarda-mor me mandasse dar posse das ditas terras, visto estar feita a medição e demarcação e sendo atendido o seu requerimento, mandou o Guarda-mor a mim escrivão desse posse ao requerente das terras que constam da concessão e medição feita. Eu escrivão lhe dei a dita posse corporal e atual e individual, tanto quanto posso e devo em rezam do meu officio sou obrigado, fazendo nele todas as solenidades (...) deles e ele empossado tomou mansa e pacificamente, sem contradição de pessoa alguma, sendo a tudo testemunhas presentes José Antônio da Silva Guimarães e Teodoro José Rodrigues que aqui se assinaram com o dito Guarda-mor e o empossado e eu, Antônio Tavares da Silva, escrivão da guardamoria deste distrito, para constar, fiz este auto e o escrevi. (a) Manuel A. do Vale Amado, Joaquim José da Silva Xavier, José Antônio da Silva Guimarães, Teodoro José Roiz".